



## DIÁRIO IGF 2023 – DIA 1

IGF 2023 9 DE OUTUBRO DE 2023

Por Nivaldo Cleto\*

Trazemos de Kyoto, no Japão, a cobertura de mais um Fórum de Governança da Internet da ONU (IGF), a cada dia postando destaques que consideramos interessantes para a comunidade brasileira.



*Fumio Kishida, primeiro-ministro do Japão na Cerimônia de Abertura do IGF 2023*

Neste primeiro dia tivemos o painel organizado pela ISOC Brasil[i] sobre soberania digital, que partiu da questão: “Qual é a maior ameaça para a Internet nesse momento?” e “O que vale preservar na Internet?” Chegaram à resposta de que emergência de *splinternets* (divisão da rede global em partes menores que não necessariamente dialogam) seria o problema mais sério.

Dentro dessa conclusão, entendeu-se que existe uma intersecção entre fragmentação da Internet e soberania digital, um tema que pode ser entendido a partir de uma lógica política, tecnológica, econômica, ou uma diversidade de outros pontos de vista.

No cenário brasileiro, uma série de leis relativas ao meio digital foram passadas ao longo da última década que tiveram impacto sobre a cultura digital do país. Também se discutem atualmente leis sobre Inteligência Artificial e fake news principalmente, apesar de existirem outros temas. O tema da soberania aparece como uma motivação para a deliberação de novas leis.

No recente projeto da ISOC com o FGV-CEPI, se busca compreender quais as dimensões que essa questão tem assumido. Está sendo buscado conectar a realidade local com o global. Já categorizaram 245 documentos de fontes variadas abordando o tema no contexto brasileiro

durante seu um ano de atividade, vendo que existe uma falta de consenso sobre o significado do tema. A discussão é recente no Brasil e associada a incertezas em torno do tema. Em 15 entrevistas semiestruturadas, se coletou a percepção de que a soberania digital está mais associada às leis de IA e fake news.

Agora o grupo está em um estágio do processo no qual vão conduzir uma capacitação online com uma grande gama de atores e buscar debater quais as interpretações trazidas por esses diversos atores, compreendendo uma percepção mais geral do tema.

Existe um projeto paralelo correndo no Brasil sendo liderado pelo Prof. Luca Belli na FGV do Rio de Janeiro, mas seu foco é na questão da cibersegurança, enquanto esse projeto focado em São Paulo conduz uma investigação sobre definição e entendimento.

Todos os documentos disponíveis estão sendo buscados para embasar essa lógica. O Brasil tem uma tradição anterior que data das décadas de 70 e 80, e essas considerações são de interesse para o projeto e seu mapeamento, mas o foco é nos discursos atuais sobre o tema. A perspectiva é focada no presente, mas existe em interesse na construção de uma linha do tempo para o país.

Da plateia veio o comentário de que a soberania é um fator que por vezes é exclusivo, no qual se um ator tem algo e outro não tem. Foi trazido que a formação da ICANN foi um caso de sucesso em termos de separação do aspecto da soberania estatal. O painel respondeu que estão buscando entender essas narrativas.

**Confira a Sessão  
IGF 2023 – Dia 1 – Sala de Workshop 3 – Soberania digital no Brasil: para quê e para quem?**

<https://youtu.be/rkBI7e9RBSE>



*Com Taro Kono, Ministro de assuntos digitais do Japão, no Fórum de Governança da Internet – IGF2023*

## **Fechando as Lacunas de Governança: Novos Paradigmas para um DNS mais Seguro**

Nesta sessão com o tema “Governança Digital Global e Cooperação”, Keith Drazek, vice-presidente de Políticas Públicas e Relações Governamentais da VeriSign disse que existem responsabilidades e capacidades de muitos atores diferentes para tratar com questões que envolvem o DNS<sup>[ii]</sup>. “Existe uma variedade de maneiras de se aproximar dessa questão dentro do ecossistema. Existe uma necessidade dos atores técnicos para trabalhar melhor juntos, incluindo atores como CDNs, hosts e outros, mostrando que, como um setor, existem desafios coletivos que querem ser superados. Se não ocorrer isso, os reguladores aparecerão e ditarão as regras. Existe a oportunidade de trabalhar essas questões de uma maneira multisetorial”.

Jia-Rong Low, da ICANN Ásia e Pacífico, recontou o processo de como ocorreu a evolução da questão do Abuso no DNS (discutido extensivamente em nossos [diários da ICANN](#), estabelecendo como isso está sendo um processo importante para aumentar a segurança no DNS.

Já Esteve Sanz, Chefe do Setor de Governança da Internet e Diálogo Multilateral na Comissão Europeia, mencionou que as regulações que poderiam afetar a ICANN, dentro do contexto

européu, não estão sendo avançadas de modo significativo. A questão do Abuso no DNS é um teste do modelo da ICANN e das questões que o cercam. Existe necessidade para transparência e proatividade dos operadores dentro desse contexto para embasar ações que são necessárias.

Para Fiona Alexander, do Laboratório de Governança da Internet na American University, a questão do Abuso no DNS pode parecer simples em um primeiro momento, mas existem nuances em como isso é interpretado por diferentes atores. Existe um balanço entre proatividade em combate versus apresentar provas da ocorrência de um mal e pediu transparência nos processos.

Jennifer Chung, da DotAsia Organisation, disse que as partes contratadas da ICANN fizeram uma série de ações voluntárias voltadas a remediar as lacunas que existem no sistema. Algo que o “.asia”, acredita, é que existe grande potencial nos Trusted Notifiers (Notificadores de Confiança, que apontam para conteúdo malicioso, levando o operador a encontrar mais facilmente esse conteúdo). “Existem uma série de questões que superam o escopo do que está sendo discutido dentro do Abuso no DNS; as equipes de segurança das organizações, dentro da região asiática, estão se movendo para olhar de maneira mais proativa para as questões que estão emergindo. Os contratos são uma base, não um teto. Os operadores podem adicionar mais proteções de sua própria vontade”.

Para Rocío de la Fuente, Gerente Geral na LACTLD (Associação da América Latina e Caribe dos domínios de primeiro nível), os códigos de países (ccTLDs) não são limitados às regras da ICANN, podendo traçar suas próprias regras e normas. No entanto, a LACTLD tem feito capacitação e socialização de técnicas para que os Estados e os códigos de seus países possam avançar rumo a também prover uma maior segurança dentro de seus espaços no DNS, de modo a melhor alinhar essas questões dentro do DNS como um todo.

Jean-Jacques Sahel, Chefe de Política de Conteúdo da Ásia-Pacífico e Chefe Global de Política de Telecomunicações no Google, disse que a Internet não é mais um jovem, e sim um ser crescido, e a necessidade de olhar mais profundamente para seus aspectos regulatórios é algo importante. “A Google não tem a pretensão de não ser regulamentada, mas sim de ‘como’ vai ser regulamentada. A Google busca não só tirar do ar conteúdo malicioso, mas também engajar na desmonetização desses atores para desmotivá-los”. Ele afirma que existe uma tendência de cada vez mais ter uma regulamentação estatal, algumas focadas em mídias sociais, mas muitas com um escopo de toda a Internet no que é pertinente a um país específico. Existe um processo de governos pegarem pedaços das legislações de outros Estados e transformarem em peças para montar suas próprias. “Os formadores de política raramente alcançam as partes interessadas e ativamente buscam informações, e isso é uma tendência que precisa ser revertida”.

Keith Drazek retomou as questões de responsabilidades e como tratar as capacidades técnicas de cada ator, pois nenhum deles possui controle total sobre o sistema, o que faz com que seja necessário pensar as ações de modo mais amplo. “As reações tem que ser pensadas de modo a que sejam proporcionais a o que está sendo detectado como mal, e criar recursos para apelos de decisões. Nesse aspecto, os Trusted Notifiers se destacam como atores relevantes para orientar essas ações.”

O mesmo governo que estabelece uma regra pode ser prejudicado por essa regra, lembrou Jia-Rong Low. “No caso da ICANN, quando o WHOIS[iii] foi ofuscado para não revelar muitas informações pessoais como consequência de leis provenientes da União Europeia (UE). Isso foi considerado bom por defensores da privacidade, mas a própria INTERPOL acionou a ICANN para protestar que havia se removido um recurso importante para o combate ao cibercrime.”

O Comitê Gestor da Internet no Brasil – [CGI.br](https://www.cgi.br) está participando de diversas sessões do IGF.

**Confira como foi a sessão  
IGF 2023 DC-DNSI Fechando as Lacunas de Governança: Novos Paradigmas  
para um DNS mais Seguro**

<https://youtu.be/eftpJon2kd8>

**Entrevista com o deputado federal Gilberto Nascimento sobre sua participação  
no Fórum como representante da Câmara dos Deputados.**

<https://youtu.be/5CQNwq1-0jA>

**Assista a cerimônia de abertura do IGF 2023**

<https://youtu.be/xdUQZ7IBAGw>

(\*) Nivaldo Cleto é empresário de contabilidade e de certificação digital, conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil [CGI.br](https://www.cgi.br) e membro da ICANN Business Constituency – BC

---

[i] A ISOC (Internet Society) é uma associação sem fins lucrativos, criada em 1992, com atuação internacional, que tem por objetivo promover liderança no desenvolvimento dos padrões Internet, bem como fomentar iniciativas educacionais e políticas públicas ligadas à rede mundial entre computadores.

[ii] DNS – (Domain Name System – Sistema de nome de domínio) converte nomes de domínio legíveis por humanos (por exemplo, [www.amazon.com](http://www.amazon.com)) em endereços IP legíveis por máquina (por exemplo, 192.0.2.44).

[iii] WHOIS é um protocolo da pilha TCP/IP específico para consultar informações de contato e DNS sobre entidades na internet



## DIÁRIO IGF 2023 – DIA 2

**IGF 2023** 10 DE OUTUBRO DE 2023

Por Nivaldo Cleto\*

Direto do Japão trazemos o segundo dia de nossa cobertura do Fórum de Governança da Internet da ONU (IGF), seguindo com nossa seleção de pautas de destaque para a comunidade brasileira. O Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br está participando de diversas sessões do IGF. (Na foto acima, Vint Cerf, o Pai da Internet, que criou as regras e bases da comunicação entre computadores em rede ao desenvolver os protocolos TCP/IP.)

### **A Internet daqui a 20 anos: evitando a fragmentação**

O painel propõe refletir sobre como a Internet se parecerá em 2043, e é apoiado por um [artigo](#) da DNS Research Federation[1]. Os painelistas iniciaram fazendo considerações sobre suas próprias previsões feita anteriormente, mencionando situações como a crença de que a



Internet nunca se expandiria para além do meio acadêmico, que a Wikipedia era um projeto impossível, e até de pessoas que já imaginavam que câmeras se tornariam um equipamento universal que seria onipresente em nossas vidas.

Foi comentado por um participante da plateia que o que move os protocolos e evolução da Internet são as aplicações que são desenvolvidas e geram interesse nos usuários, como foi o caso do streaming de multimídia e todas as demandas que isso trouxe (podemos pensar em invenções como as CDNs, que facilitam grandemente a distribuição de conteúdo de modo local sem causar tanto peso para os servidores da plataforma). Desse modo, o que vai acontecer com a Internet depende de o que for inventado e causar interesse.

Outro participante mencionou que estamos em um ponto de inflexão, no qual existem organismos internacionais estabelecidos para debater e evoluir essas questões, mas eles não são inclusivos de pontos de vista o suficiente e que não geram uma representatividade que realmente crie imagens realistas de o que o futuro desejado se parece.

Foi comentado que existe uma diferença entre a fragmentação técnica e a fragmentação de um ponto de vista regulatório e legal. Existe uma forte tendência dessa fragmentação legal que já está sendo observada, e que no caso é mais notável que uma fragmentação técnica. Isso também é apoiado por uma própria fragmentação da sociedade e da radicalização de pontos de vista que estamos observando aumentar progressivamente.

Henri Verdier, empresário francês e especialista digital que atua como embaixador do país para assuntos digitais, mencionou que sempre existirão padrões técnicos, mas que alguns Estados não gostam disso e que muitas empresas não se importam. Isso pode ser observado, por exemplo, dentro do contexto da privatização dos cabos submarinos que possibilitam o acesso a Internet global, se convertendo de algo que era semipúblico para um bem privado. Mencionou também que a diplomacia digital é uma tendência forte e crescente que não era prevista antes, mas que uma parte significativa da diplomacia hoje é em torno de temas digitais.

Da plateia veio a intervenção de que o dinheiro é um fator forte que está influenciando as inovações, como observamos nos espaços de crypto. Essa impressão foi reforçada por outras intervenções que trouxeram essa ideia por outras óticas, desde games e apostas, até o financiamento de guerras e terrorismo por meio de moedas digitais. Se mencionou de modo associado temas como a continuidade da segurança global.

Outro participante menciona que a fragmentação legal é algo que realmente está sendo observado, conforme governos passam leis que, por um lado, ditam a necessidade de privacidade, e, por outro, restringem o que as pessoas podem dizer e como podem agir online; isso até então não carregou custos políticos significativos para esses governos.

Dentro do tema de incentivos, um participante mencionou que o que muitas pessoas estão procurando na Internet hoje em dia é entretenimento (como em games e memes) e atenção (como no caso das redes sociais e o fenômeno de se focar em mostrar uma vida bela nas redes sociais sem se focar em vivê-la). Se esses incentivos continuarem sendo centrais, isso poderia levar ao desenvolvimento se centrar basicamente em torno dessas questões.

Bertrand de la Chapelle, diretor e cofundador da Internet & Jurisdiction Policy Network, trouxe a perspectiva que em uma realidade ideal se constrói uma Internet que seja interoperável, mas autônoma, de forma que esses fatores se comuniquem e se consigam operar de maneira unificada, sem de fato causar uma fragmentação, mas permitindo que exista liberdade na tomada de decisões políticas.

Izumi Aizu, professor e pesquisador sênior do Institute for InfoSocinomics, Kumon Center, Tama University em Tóquio, mencionou como é importante pensar não somente na Internet em si, mas nas coisas que cercam a Internet. Questões como a climática podem se tornar algo central ao debate, com limitações como de que só se possa operar um certo número de servidores ou que as IA só possam gerar uma certa quantidade de emissões de carbono, e assim por diante. Essas questões externas muitas vezes são o que acabam orientando o desenvolvimento de tecnologias e lógicas de progresso.

Olaf Kolkman, consultor sênior e porta-voz da Internet Society, mencionou como a evolução da tecnologia não se dá somente em fóruns e grupos de padrões, mas que todo o tempo são lançados novos artigos que podem revolucionar o que está em foco, como foi o caso das criptomoedas e de uma série de desenvolvimentos em IA. Muito da inovação vem diretamente de código e ideias que são abertamente distribuídas, e isso é algo que tem que ser observado como prioridade.

O debate se provou bastante frutífero e trouxe ponderações interessantes que podem ser utilizadas como insumo para projetarmos a evolução do pensamento de nossas estratégias, empresas e organizações.

**Confira a sessão**  
**The Internet in 20 Years Time: Avoiding Fragmentation**

<https://youtu.be/YBgFadY1i9s>

## **Como melhorar a participação e a cooperação das OSCs em fóruns de governança da Internet multissetoriais**

A Comissão Europeia lançou uma nova iniciativa chamada “Alianças da Sociedade Civil para o Empoderamento Digital” (CADE), liderada pela Diplo Foundation e financiada pela Comissão Europeia. Este projeto tem como objetivo melhorar a participação da sociedade civil nos processos internacionais de governança da Internet (GI), com foco especial no Sul Global. O objetivo é abordar os desafios enfrentados na GI, incluindo a fragmentação de fóruns, falta de capacidade e compreensão dos impactos dos direitos humanos e as necessidades do desenvolvimento tecnológico.

A iniciativa busca promover uma abordagem mais inclusiva para a GI, envolvendo a sociedade civil de forma multissetorial, permitindo a inclusão de diversas perspectivas. Dessa forma, pode chamar a atenção para questões que atualmente estão sub-representadas nos fóruns de GI. A falta de diversidade e inclusão em organismos especializados de padronização também é destacada como uma preocupação.

Esforços devem ser feitos para abordar essas disparidades e garantir que uma ampla variedade de perspectivas seja considerada nos processos de tomada de decisão. A capacitação, a participação de base e o direcionamento do envolvimento são identificados como áreas-chave que requerem atenção das organizações da sociedade civil para contribuir eficazmente para os processos de GI e advogar por seus interesses.

Parcerias entre organizações da sociedade civil do Norte Global e Sul Global são incentivadas para facilitar a troca de conhecimento e a colaboração para uma abordagem mais justa e eficaz para a governança da Internet. Oportunidades para o envolvimento público são encontradas no setor ambiental e nos direitos da juventude, onde a participação pública pode contribuir para o progresso.

Embora a contribuição coletiva das organizações da sociedade civil seja valiosa, é importante encontrar um equilíbrio entre a ação coletiva e a preservação de opiniões e perspectivas diversas. Garantir que vozes diversas sejam incluídas é essencial para processos de tomada de decisão eficazes. A colaboração entre organizações e a construção de redes podem beneficiar significativamente a sociedade civil, ampliando seu impacto e criando uma voz coletiva mais forte.

Navegar nos procedimentos de participação em vários órgãos internacionais ainda é um desafio para a sociedade civil, mas o engajamento estratégico em fóruns específicos pode ajudar a

alcançar seus objetivos. O envolvimento a longo prazo e a compreensão das tendências são considerados cruciais para o sucesso.

Em conclusão, o projeto CADE visa capacitar a sociedade civil e promover sua participação ativa na governança internacional da Internet. Abordar os desafios de fragmentação, capacitação, diversidade e inclusão é crucial para alcançar uma abordagem mais inclusiva e eficaz para a GI. Através de parcerias, colaboração e engajamento estratégico, a sociedade civil pode desempenhar um papel significativo na formação do futuro da Internet.

**Confira a sessão**  
**How to enhance participation and cooperation of CSOs in/with**  
**multistakeholder IG forums**

<https://youtu.be/6mn6i0iN-nM>

## **Avançando na governança digital inclusiva baseada em direitos humanos**

A UNESCO se posiciona com tendo defendido uma governança digital inclusiva e baseada em direitos humanos por meio de seu envolvimento com a comunidade do Fórum de Governança da Internet já há 17 anos. Na sua 38ª Conferência Geral, a UNESCO endossou o conceito de Universalidade da Internet com seus quatro princípios “R.O.A.M.”: uma Internet baseada em Direitos Humanos, seguindo os princípios de abertura, acessibilidade e participação multissetorial<sup>[ii]</sup>.

O *framework* de universalidade da Internet da UNESCO definido como ROAM-X conta com 303 indicadores, incluindo 79 que abordam questões transversais relacionadas à igualdade de gênero, juventude, dimensões éticas e desenvolvimento sustentável, e incorpora os princípios R.O.A.M. Desde o seu lançamento no IGF 2020, a Coalizão Dinâmica sobre os indicadores de Universalidade da Internet (Dynamic Coalition on Internet Universality Indicators, DC-IUI), iniciada pela UNESCO, desempenhou um papel crucial no apoio a mais de 40 pesquisas nacionais em cinco continentes.

A Coalizão tem consistentemente organizado reuniões e sessões durante o IGF global e os IGFs regionais na África, Ásia-Pacífico, EuroDIG e outras regiões em que a UNESCO está ativamente envolvida. Neste ano, a sessão da Coalizão Dinâmica se concentrou na atualização dos indicadores ROAM-X para incluir novas dimensões relevantes no framework e garantir o aspecto transformador das recomendações formuladas na avaliação nacional do ROAM-X.

Além disso, a sessão procurou incentivar sinergias e colaboração entre o projeto de Indicadores de Universalidade da Internet (IUIs) e outras iniciativas apoiadas pela comunidade do IGF, a fim

de avançar conjuntamente na formulação de políticas baseadas em evidências e capacitar os interessados ao redor do mundo por meio de nossa Coalizão Dinâmica.

A Coalizão Dinâmica busca trabalhar em conjunto com parceiros para apoiar o Pacto Digital Global da ONU e acelerar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para isso, debateu as seguintes questões no fórum desse ano:

Primeiro, discutir a revisão do framework ROAM-X à luz do rápido desenvolvimento e dos desafios sem precedentes apresentados pela transformação digital, explorando como o framework pode ser adaptado para abordar efetivamente essas dinâmicas em evolução e garantir sua relevância contínua na navegação das complexidades da era digital.

Segundo, refletir sobre como o framework ROAM-X pode apoiar a formulação de políticas de governança da Internet que capacitem todas as pessoas e apoiem a formulação e implementação do Pacto Digital Global, promovendo uma abordagem colaborativa e inclusiva para a governança digital.

Finalmente, reunir e expandir os membros da Coalizão Dinâmica do IGF sobre os indicadores de Universalidade da Internet ROAM-X, reforçar a parceria extensiva com a comunidade da Coalizão Dinâmica para avançar na governança digital por meio da promoção de sinergias e colaboração entre o projeto de Indicadores de Universalidade da Internet (IUIs) e outras iniciativas apoiadas pela comunidade do IGF.



Fabio Senne, Nivaldo Cleto, Alexandre Barbosa e Rosauero Baretta após o Workshop

**Assista a sessão**  
**Advancing rights-based digital governance through ROAM-X**

<https://youtu.be/RGVYrne0UH4>

**Fala de Vint Cerf na cerimônia de abertura IGF 2023**

<https://youtu.be/jWQTJD5FCnE>

(\*) Nivaldo Cleto é empresário de contabilidade e de certificação digital, conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil CGI.br e membro da ICANN Business Constituency – BC

---

**[i]** A DNS Research Federation foi fundada em 2021 pela Oxford Information Labs – uma consultoria com sede em Oxford, Reino Unido, especializada em inteligência cibernética. É uma empresa sem fins lucrativos e convida uma série de partes interessadas importantes de todos os aspectos do ecossistema DNS: grandes marcas, indústria de nomes de domínio, segurança pública e academia para participarem como parceiros e apoiadores.

**[ii]** O conceito de Universalidade da Internet resume as posições atualizadas da UNESCO na era digital, apontando para os quatro princípios fundamentais do R.O.A.M, segundo os quais a Internet deve ser baseada nos Direitos Humanos, Aberta, Acessível a todos e nutrida pela participação de múltiplas partes interessadas. A UNESCO trabalha para incentivar os Estados-Membros interessados e todas as partes interessadas a apoiar e realizar avaliações nacionais do desenvolvimento da Internet, de forma voluntária, com os Indicadores ROAM-X de Universalidade da Internet”.



## DIÁRIO IGF 2023 – DIA 3

IGF 2023 11 DE OUTUBRO DE 2023

Por Nivaldo Cleto\*

Terceiro dia de cobertura do Fórum de Governança da Internet da ONU – IGF 2023, direto de Kyoto no Japão, com temas de interesse para a comunidade brasileira. O Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br está participando de diversas sessões do IGF. Acima, foto oficial Youth IGF 2023.

### **Riscos e oportunidades de um novo tratado da ONU sobre crimes cibernéticos**

O workshop abordou a complexa relação entre o setor privado e a cibersegurança, destacando os desafios resultantes dos interesses multinacionais das empresas privadas. Muitas dessas empresas operam em diversos países, o que torna a navegação no cenário global de cibersegurança uma tarefa complexa. As diferentes leis, regulamentos e prioridades nacionais de várias nações podem criar obstáculos significativos para a colaboração eficaz em cibersegurança e o compartilhamento de informações.

Em termos de compartilhamento de dados, o workshop enfatizou a importância do setor privado compartilhar voluntariamente dados de inteligência de ameaças entre si. Essa abordagem colaborativa é vista como uma maneira de aprimorar os esforços de cibersegurança, permitindo que as empresas aprendam com as experiências umas das outras e obtenham informações valiosas sobre ameaças emergentes. O modelo voluntário de compartilhamento de dados foi destacado como um passo positivo para melhorar a cibersegurança em escala global.

No entanto, um ponto de controvérsia discutido durante o workshop diz respeito às demandas de retirada feitas às empresas. Embora a natureza exata e a extensão dessas demandas não tenham sido especificadas, ficou claro que elas geram controvérsias e debates dentro do setor privado. Encontrar um equilíbrio entre abordar ameaças à cibersegurança e respeitar os direitos e a liberdade de expressão é um desafio complexo que continua sendo objeto de discussão.

Outro tópico relevante abordado durante o workshop foi a possibilidade de a ONU desempenhar um papel na manutenção da paz cibernética. Embora o workshop não tenha fornecido fatos de apoio sólidos, a ideia de que a ONU poderia estar explorando maneiras de contribuir para a cibersegurança e a paz no ambiente digital foi mencionada. Essa é uma área que pode exigir pesquisa adicional e cooperação internacional para desenvolver estratégias e estruturas eficazes.

O tratado de cibersegurança da ONU foi mencionado como um meio de apoiar os países membros na aprovação de leis de segurança online. O tratado pode fornecer um quadro para a cooperação e coordenação entre nações no enfrentamento de desafios de cibersegurança e no fortalecimento de sua legislação relacionada à cibersegurança. Um membro da audiência, representando uma entidade do setor privado envolvida em cibersegurança, buscou entender como o tratado de cibersegurança da ONU poderia apoiar os esforços dos países membros na aprovação de leis como a lei de segurança online.

Houve preocupações significativas sobre o escopo da cooperação internacional proposta. A direção do projeto mantém que crimes graves são definidos como crimes que acarretam pelo menos quatro anos de prisão. Surgiram preocupações sobre o potencial uso indevido dessa disposição por países autoritários para lidar com o que eles definem como crimes graves. Países autoritários poderiam potencialmente usar a disposição para compartilhar evidências sobre algo que consideram um crime grave, muitas vezes aproveitando-se de leis de cibercrime para definir conteúdo online como crimes graves.

A cibersegurança é um campo complexo e em constante evolução, no qual o envolvimento do setor privado desempenha um papel significativo. Os desafios relacionados aos interesses multinacionais, compartilhamento de dados, demandas de retirada e cooperação internacional exigem discussões contínuas e colaborações para encontrar soluções eficazes. O tratado de



cibersegurança da ONU e a adoção de medidas de cibersegurança em nível internacional podem contribuir para criar um ambiente digital mais seguro, ao mesmo tempo que abordam preocupações sobre o uso indevido de poder e protegem os direitos individuais e as liberdades.

Além disso, a compreensão do escopo e da aplicação das disposições do tratado, bem como a busca por salvaguardas eficazes, são aspectos fundamentais para garantir que a cibersegurança seja promovida de maneira justa e equitativa em todo o mundo. A cooperação internacional e a busca por um consenso amplo desempenham um papel crucial nesses objetivos, e é essencial que todas as partes interessadas continuem a se envolver e colaborar nesse esforço contínuo pela cibersegurança global.

Nesse contexto, se destacou a importância de aprofundar o diálogo e a pesquisa sobre cibersegurança, uma vez que é um campo em constante evolução. As perspectivas apresentadas pelos participantes do workshop ilustram a complexidade e a amplitude das questões relacionadas à cibersegurança, ao mesmo tempo que destacam a necessidade de uma cooperação aberta e global para abordar esses desafios de forma eficaz.

**Confira a sessão**  
**WS #225 Risks and opportunities of a new UN cybercrime treaty**

[https://youtu.be/2i2RAbg3\\_Gg](https://youtu.be/2i2RAbg3_Gg)

## **Conectando código aberto com formuladores de políticas ao desenvolvimento**

O workshop abordou desafios significativos relacionados à obtenção de dados atualizados para objetivos de desenvolvimento em países em desenvolvimento. Um dos principais obstáculos é a demora na disponibilidade de dados após um censo, que pode levar até três anos, resultando em informações desatualizadas e insuficientes para o planejamento e a tomada de decisões. Além disso, conjuntos de dados produzidos pelo governo muitas vezes não são acessíveis a atores externos, como a sociedade civil e o setor privado, o que limita a análise abrangente e integrada de dados.

Outro desafio discutido foi a falta de padronização de metadados<sup>[1]</sup> em setores como telecomunicações e saúde, especialmente em países em desenvolvimento. Essa falta de padronização dificulta o manuseio e a limpeza de dados. A ausência de padrões de interoperabilidade no setor de saúde também complica sua utilização e análise.

A ausência de padronização leva à dificuldade do compartilhamento de dados transfronteiriços, o que prejudica a troca segura e eficiente de informações, dificultando a colaboração internacional. Portanto, desenvolver mais padrões para o compartilhamento de dados transfronteiriços é crucial para superar esses obstáculos.

O trabalho com dados não estruturados também apresenta desafios, especialmente no que diz respeito à verificação de fatos. Há escassez de fontes credíveis, principalmente em idiomas não-ingleses, tornando difícil identificar desinformação. O acesso a dados confiáveis de fontes governamentais e outras fontes confiáveis é essencial, mas muitas vezes limitado.

Medidas de política eficientes e regras são necessárias para governar o uso de dados, preservando a privacidade. O Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR) destaca a importância do consentimento do usuário para o compartilhamento de dados pessoais, enfatizando a necessidade de diferenciar entre o compartilhamento de dados meteorológicos e dados pessoais, com base nos diferentes níveis de violação de privacidade.

Um exemplo citado como relevante foi que o uso de dados não estruturados por empresas de seguros pode ter implicações negativas, potencialmente resultando em classificação de risco injusta e impactando as opções de cobertura. Garantir justiça e igualdade no uso de dados na indústria de seguros é crucial.

Para abordar esses desafios, é recomendável construir capacidades internas e utilizar comunidades de código aberto para sistemas governamentais. O sucesso do Sri Lanka na utilização de sua comunidade de código aberto e na construção de capacidades internas para a arquitetura governamental exemplifica os benefícios dessa abordagem.

Os altos custos de transação associados ao compartilhamento de dados, devido a diferenças de capacidade, também representam desafios. No entanto, parcerias de dados bem-sucedidas que envolvem um intermediário provaram ser eficazes, enfatizando a necessidade de sistemas sustentáveis e incentivos caso a caso para o compartilhamento de dados.

A evolução da definição de privacidade é uma consideração importante, uma vez que a capacidade de obter informações sobre indivíduos superou a necessidade de proteger apenas seus dados pessoais. Isso exige uma compreensão mais ampla dos direitos digitais e da proteção da privacidade.

O acesso a dados atualizados para objetivos de desenvolvimento é um desafio significativo em países em desenvolvimento. A construção de capacidades internas e o uso de comunidades de código aberto são recomendados para sistemas governamentais. O processo de compartilhamento de dados requer sistemas sustentáveis e incentivos.

**Confira a sessão  
WS #500 Connecting open code with policymakers to development**

<https://youtu.be/Y2d8aUcs7dE>

(\*) Nivaldo Cleto é empresário de contabilidade e de certificação digital, conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil CGI.br e membro da ICANN Business Constituency – BC

---

**[i] Metadados, ou Metainformação, são dados sobre outros dados. Praticamente todos os dispositivos digitais geram metadados a partir do uso que fazemos. Por exemplo, ao tirar uma foto, além de gravar a foto na memória da foto, metadados são associados a esta foto descrevendo informações sobre o modelo da câmera, tipo de ISO, data, tamanho e formato do arquivo e até o local de onde a foto foi tirada.**



## DIÁRIO IGF 2023 – DIA 4

IGF 2023 12 DE OUTUBRO DE 2023

Por Nivaldo Cleto\*

No quarto dia do Fórum de Governança da Internet da ONU – IGF 2023, realizado em Kyoto no Japão, trazemos mais temas de interesse para a comunidade brasileira. O Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br está participando de diversas sessões do IGF. ( Na foto acima, com Diogo Cortiz, professor da PUC-SP e pesquisador no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br, moderador do painel “Grandes modelos de linguagem na Web: Antecipando o desafio”)

### **Grandes modelos de linguagem na Web: Antecipando o desafio**

Foram discutidos vários aspectos dos modelos de linguagem grandes (LLMs)[[1](#)] e inteligência artificial (IA). Um dos pontos-chave levantados foi a limitação da coleta de dados da web para o

treinamento de LLMs. Os palestrantes destacaram que a coleta de dados atual para LLMs muitas vezes é feita de forma aleatória e carece de consentimento. Eles argumentaram que essa coleta indiscriminada de dados da Web pode violar a privacidade, os direitos autorais e o consentimento. O conceito de tecnologia consentida de Sacha Costanza-Chock, professora associada do Civic Media, no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, que enfatiza a coleta significativa de dados com *opt-in* (pré-autorização), foi apresentado como uma alternativa melhor.

Os palestrantes também enfatizaram que os LLMs nem sempre são fontes confiáveis de informação. Eles apontaram que os LLMs refletem os vieses do Hemisfério Norte devido ao desequilíbrio de dados. Essa representação desigual pode levar a resultados distorcidos e perpetuar desigualdades existentes. Portanto, surgiram preocupações sobre a incorporação de LLMs em mecanismos de busca, pois isso poderia ampliar esses vieses e prejudicar a disseminação de informações objetivas e diversas.

Outro tópico de discussão foram os riscos associados ao “espalhamento” de mídia sintética. Os palestrantes destacaram que a mídia sintética pode se espalhar facilmente para outros sites da Internet, levantando preocupações sobre desinformação e informações incorretas. Eles recomendaram que o texto sintético seja devidamente marcado e rastreado a fim de possibilitar sua detecção e garantir responsabilidade.

No lado positivo, a análise explorou abordagens para detectar conteúdo gerado por IA. Os palestrantes reconheceram que, uma vez que o texto sintético é disseminado, torna-se difícil de detectar. No entanto, eles expressaram otimismo de que a marca d'água poderia servir como uma solução potencial para rastrear conteúdo gerado por IA e diferenciá-lo do conteúdo gerado por humanos.

No que diz respeito à reformulação das discussões, houve um apelo para mudar o foco da IA para a automação. Ao fazer isso, pode-se obter uma compreensão mais clara do impacto na sociedade, garantindo que os riscos potenciais sejam minuciosamente avaliados.

Em relação a modelos de IA relacionados à linguagem, os palestrantes enfatizaram a importância de não os confundir e considerar cuidadosamente seu uso em diferentes tarefas. Isso destaca a necessidade de uma abordagem equilibrada que leve em consideração as capacidades e limitações específicas de diferentes modelos de IA para várias tarefas de processamento de linguagem.

A análise também enfatizou a importância de as comunidades terem controle sobre seus dados para a preservação cultural. Os palestrantes enfatizaram que as línguas pertencem às suas respectivas comunidades e que elas devem ter o poder de determinar como seus dados são usados. O modelo “nenhuma língua deixada para trás”, que visa preservar todas as línguas, foi

criticado por ser visto como um projeto colonialista que não aborda desequilíbrios de poder e os lucros obtidos por corporações multinacionais. Argumentou-se que, se houver lucro a ser obtido com tecnologia de linguagem no Hemisfério Sul, ele deve ser reinvestido nas comunidades.

Na recapitulação do moderador, foram levantados os seguintes pontos como centrais do debate: as limitações da coleta de dados da Web e as preocupações associadas à privacidade, direitos autorais e consentimento; os vieses nos LLMs e os riscos potenciais de sua incorporação em mecanismos de busca; os riscos e a detecção de “espalhamento” de mídia sintética; a necessidade de reformular discussões sobre IA em termos de automação; a importância de considerar modelos de IA relacionados à linguagem em diferentes tarefas e o controle de dados pelas comunidades foram enfatizados; os perigos do modelo “nenhuma língua deixada para trás”.



Mesa do painel sobre grandes modelos de linguagem. Além de Diogo Cortiz, o conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, Rafael Evangelista (à dir.) participou da sessão

### **Confira a sessão**

**WS #217 Large Language Models on the Web: Anticipating the challenge**

<https://youtu.be/qV5ojbG-C2k>

**Governança de dados em serviços de banda larga via satélite**

Esta sessão se focou no tema da conectividade à Internet e foram considerados vários argumentos e fatos relacionados à sua importância para o desenvolvimento. Foi sugerido que regiões com melhor conectividade à Internet tendem a progredir mais rapidamente em comparação com aquelas com conectividade limitada ou inexistente, apoiando a afirmação de que a conectividade à internet atua como um catalisador para o desenvolvimento.

Outro ponto importante levantado na análise é a crescente divisão digital. Com o tempo, a lacuna entre regiões com conectividade adequada e aquelas sem ela se amplia ainda mais. Isso enfatiza a urgência de abordar o problema e encontrar soluções eficazes para reduzir a divisão digital.

Uma solução potencial destacada na análise é o uso de satélites de Órbita Terrestre Baixa (LEO)<sup>[ii]</sup>. Argumenta-se que os satélites LEO exigem infraestrutura terrestre mínima e podem complementar o desenvolvimento de infraestrutura de fibra óptica e móvel. Isso sugere que os satélites LEO têm o potencial de reduzir a divisão digital mais rapidamente do que outras soluções de conectividade.

Além disso, a internet via satélite LEO é vista como um recurso valioso durante tempos de conflito ou desastres naturais, quando as redes de comunicação tradicionais podem se tornar indisponíveis. Isso destaca a importância de ter meios alternativos de comunicação que possam permanecer funcionais em circunstâncias desafiadoras.

Também se discutiram os benefícios de alternativas de conectividade. Oferecer uma variedade de soluções de conectividade pode levar à ampliação do mercado e estimular a concorrência. Essa variedade permite que os usuários finais tenham mais opções, o que pode levar a serviços aprimorados e maior acessibilidade.

Um ponto interessante na análise é a natureza global da governança da Internet via satélites LEO. Todos os cidadãos globais seriam partes interessadas devido aos riscos compartilhados associados à tecnologia, como possíveis detritos espaciais e custos ambientais. Isso destaca a necessidade de colaboração e cooperação entre as partes interessadas para abordar esses problemas de forma eficaz.

Foram sugeridas várias recomendações para ações adicionais. Os países são encorajados a documentar e compartilhar melhores práticas e explorar oportunidades para alinhar seus interesses com os provedores de conectividade. Isso pode ajudar na autorização e licenciamento de sistemas LEO de maneira oportuna. Além disso, o envolvimento em oportunidades de financiamento e investimento é considerado crucial para apoiar o avanço da internet via satélite.

Outras observações importantes incluem a importância da transparência e do envolvimento de múltiplas partes interessadas, bem como a necessidade de programas de pesquisa e parcerias

para aprofundar o entendimento e o avanço da Internet via satélite. A análise também destaca a importância da rápida implementação e ativação de serviços e a necessidade de formar coalizões para fomentar o interesse dos consumidores.

### **Confira a sessão**

#### **WS #307 Data Governance in Broadband Satellite Services**

[https://youtu.be/z6x\\_M6MVHdw](https://youtu.be/z6x_M6MVHdw)

(\*) Nivaldo Cleto é empresário de contabilidade e de certificação digital, conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil CGI.br e membro da ICANN Business Constituency – BC

---

**[i]** Sigla para Large Language Model (“Grande Modelo de Linguagem”, em tradução livre), o LLM é um modelo de aprendizado de máquina (machine learning ou ML) treinado para aprender a partir de enormes bases de dados públicos. Como resultado, consegue gerar uma linguagem para conversar com humanos e desenvolver contexto.

**[ii]** Uma órbita baixa da Terra, também chamada de LEO, são aquelas localizadas abaixo da órbita geoestacionária, podendo estar entre 160 km e 2.000 km de distância do nível do mar. A Estação Espacial Internacional está localizada em uma órbita LEO, bem como a maior parte dos satélites meteorológicos e muitos satélites de comunicação.





IGF 京都  
KYOTO  
2023



## DIÁRIO IGF 2023 – ENCERRAMENTO

**IGF 2023** 12 DE OUTUBRO DE 2023

Por Nivaldo Cleto\*

No IGF (Fórum de Governança da Internet) de 2023, promovido pelas Nações Unidas ao longo de quatro dias, diversos temas de relevância para a comunidade multissetorial foram debatidos. Este resumo visa apresentar de forma coesa os principais tópicos discutidos durante o evento. O Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br participou de diversas sessões do IGF. O evento começou com discussões sobre a importância dos dados em contextos globais, tais como mudanças climáticas e saúde. Foi apresentada a ideia de “Livre Circulação de Dados com

Confiança” (DFFT), concebida para permitir a fluidez dos dados ao redor do mundo, enquanto assegura a proteção da segurança e da privacidade dos usuários. No entanto, à medida que esse conceito ganhou destaque, também se evidenciaram desafios inerentes, a exemplo de questões de segurança, privacidade e confiabilidade dos dados. A necessidade de uma colaboração efetiva entre diferentes setores e a busca por regulamentações que fossem capazes de endereçar esses desafios foram temas amplamente explorados.

Um dos tópicos centrais do evento foi a disseminação de informações falsas e desinformação, sobretudo em regiões com estruturas institucionais mais frágeis. Foi fortemente enfatizada a urgência de combater a desinformação através da educação e do estabelecimento de responsabilidades claras para as plataformas tecnológicas. Além disso, a necessidade de regulamentações e transparência no âmbito digital foi reconhecida, embora tenha sido ressaltada a dificuldade inerente a esse processo, devido à constante evolução tecnológica.

A abordagem multissetorial na governança da internet também foi destacada, com a reafirmação de que os princípios estabelecidos durante a primeira Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS) continuam a ser relevantes. Questões como inclusão, superação da brecha digital e a centralização dos valores humanos nas discussões sobre Inteligência Artificial (IA) e desenvolvimento digital tiveram amplo destaque.



Além disso, como é habitual em eventos desse tipo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 estiveram em pauta. A ênfase foi colocada na importância da inovação e da colaboração entre setores para enfrentar desafios como a pobreza, desigualdade, mudanças climáticas e a divisão digital. Destacou-se também a necessidade premente de regulamentações éticas e do acesso igualitário à tecnologia.

O painel de liderança do IGF apresentou um documento que ressaltou a importância de uma internet aberta, universal, confiável, segura e respeitadora dos direitos humanos. A ampliação do acesso à internet e a cooperação entre governos e partes interessadas para desenvolver políticas que possibilitem a livre circulação de dados foram aspectos igualmente sublinhados.

Ao longo dos dias do evento, a ênfase esteve voltada para temas como IA, desinformação e fragmentação da internet. Houve discussões sobre o papel da tecnologia digital e da IA na coleta e na análise de dados relacionados às mudanças climáticas, mas também se destacou a necessidade premente de padronização para maximizar o impacto dessas tecnologias.

A integridade das eleições democráticas emergiu como um tópico crítico, dado o aumento das ameaças de interferência digital. Foi enfatizado o papel dos parlamentares na criação de regulamentações transparentes e justas para a governança digital.

A Inteligência Artificial foi ressaltada como uma tecnologia transformadora, contudo, também como uma fonte de desinformação e desafios éticos. A necessidade de promover a verdade, confiança e colaboração entre as partes interessadas foi reiterada. Nesse contexto, a necessidade de padronização global e regulamentação para garantir a implementação responsável da IA foi abordada, comparando-se a IA à eletricidade como uma infraestrutura crítica.

A fragmentação da internet foi debatida, com preocupações sobre o crescente controle estatal e os impactos negativos associados a essa tendência. Ficou evidente a importância de normas internacionais e do diálogo multilateral para abordar essa questão.

A discussão também se voltou para a importância dos direitos humanos online, com ênfase na segurança das mulheres na política e na necessidade de regulamentação de empresas de tecnologia para proteger os direitos humanos.

O tópico da “Livre Circulação de Dados com Confiança” (DFFT) permaneceu como um tema recorrente, enfatizando a necessidade de equilibrar a operacionalização dos dados com a segurança, privacidade e responsabilidade.

O evento abordou uma ampla gama de questões relevantes relacionadas à governança da internet e à tecnologia, reforçando a necessidade de cooperação multissetorial e de regulamentações

eficazes para enfrentar os desafios tecnológicos em constante evolução. Ademais, ressaltou a importância de garantir que a tecnologia digital e a IA sejam empregadas para promover o bem-estar global, impulsionando o desenvolvimento sustentável e respeitando os direitos humanos.



A participação do setor privado na governança da IA foi discutida, destacando-se a importância da transparência e da confiabilidade nesse processo. A segurança e os direitos das crianças também foram o foco de uma oficina organizada pela UNICEF, que explorou o impacto da IA nas salas de aula. A integração responsável da IA ainda carece de critérios claros, mas já se evidenciam benefícios notáveis, como a promoção da conexão global e o apoio a avaliações justas.

A abordagem de direitos humanos foi um ponto de destaque nas discussões, especialmente durante uma oficina que tratou de uma abordagem global de direitos humanos para a governança responsável da IA. Nesse contexto, a influência das regulamentações da União Europeia no

cenário global foi destacada, enquanto a América Latina enfrenta desafios decorrentes da desconfiança em relação à participação em processos globais.

Para enfrentar esses desafios, torna-se crucial fortalecer as instituições democráticas, reduzir disparidades regionais e garantir uma governança da IA inclusiva e justa. A padronização da IA também enfrenta desafios associados às disparidades regionais. A colaboração entre desenvolvedores de tecnologia, profissionais de políticas e usuários é essencial, embora ainda persistam barreiras que resultam em uma certa fragmentação. Nesse contexto, modelos de IA de código aberto oferecem oportunidades para o desenvolvimento local em países em desenvolvimento.

A cibersegurança e o papel da IA foram discutidos em uma oficina, enfatizando o potencial da IA para melhorar a segurança cibernética. A colaboração e a inovação aberta foram destacadas como fatores críticos para a segurança cibernética.

Além disso, a influência da tecnologia digital no meio ambiente também foi destacada, com discussões sobre o consumo de energia da internet e a gestão de lixo eletrônico. A acessibilidade da aprendizagem eletrônica para pessoas com deficiências surgiu como uma preocupação importante, com soluções que incluem a colaboração com pessoas com deficiências no desenvolvimento de plataformas. A criação de conteúdo digital e questões de direitos autorais também foram abordadas, com foco na luta contra a pirataria e na proteção dos direitos dos criadores.

Em resumo, o evento abordou uma ampla variedade de tópicos relacionados à governança da internet, IA, cibersegurança, direitos humanos, vigilância e Internet das Coisas (IoT). As discussões refletem os desafios constantemente mutáveis no cenário digital global e a busca por soluções colaborativas e regulamentações eficazes.

A próxima IGF 2024 está prevista para ocorrer em Riyadh, na Arábia Saudita.

### **Confira a cerimônia de encerramento da IGF 2023 (em espanhol)**

<https://youtu.be/1qla5Evx2LU>

(\*) Nivaldo Cleto é empresário de contabilidade e de certificação digital, conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil CGI.br e membro da ICANN Business Constituency – BC